

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião da SEMADES, reuniu-se, ordinariamente, o CERH/TO. **O Presidente do Conselho Alexandre Tadeu**, após verificação do quórum, declarou aberta a 23ª Reunião Ordinária do CERH; agradeceu a presença dos conselheiros: Vanessa Aires Sardinha Sousa (NATURATINS), João Carlos Lima da Cruz (SEFAZ), Gerlem Paulino Galhardo (Sec. Cidades e Habitação), Marcondes Martins Gomes de Oliveira (SEDECTI), Aracy Siqueira de Oliveira Nunes (SEPLAN), Lisandra Pereira Pedro (SESAU), Graziela Macedo Cortez (ADTUR), Maria Isabel Miranda (MPE), Jair da Costa Oliveira Filho (Com. Científica/UFT), Antônio Rodrigues da Silva Neto (SANEATINS), Breno Cardoso Dias Rattes (CELTINS), Juarez Frota Martins (FIETO), Itamar Xavier da Silva (CLAGO), Adão Teodoro Maia (CREA), Fernando Afonso Nunes Filho (IDAHRA); e também dos convidados: João Lourenço S. da Cunha (AHITAR), Marli Santos (MPE), Pedro Gil (SEMADES). Em seguida fez a leitura da pauta: 1. Abertura; 2. Palavra livre; 3. Ordem do dia: i) Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária; ii) Apreciação da 2ª Readequação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos/exercício 2014. 4. Encerramento. O presidente deixou a palavra livre para os que quisessem se manifestar. **Marli Santos (MPE)** disse que já estava sendo conversado com o Secretário Executivo do CERH – Aldo Azevedo, mas que gostaria de deixar cientes aos demais conselheiros sobre a necessidade de investir em Resoluções para definir alguns parâmetros quanto à portabilidade da água que ainda não estão detalhados nem na Resolução do CONAMA e nem nas Portarias do Ministério da Saúde. Continuando, sugeriu que se criasse uma Câmara Técnica específica para discutir esses parâmetros, que irá facilitar tanto o monitoramento do NATURATINS quanto as ações do Ministério Público Estadual. **Conselheiro Jair (Comunidade Científica/UFT)** disse que tem notado e que tem sido consultado quanto a projetos de irrigação, de outorga, sobre a eficiência do uso da água nas regiões das várzeas; falou da grande dificuldade em se fazer uma avaliação técnica desse processo de eficiência de água. Sugeriu, como representante de Comitê de Bacias, que se começasse a analisar como vai ser quantificado o referido uso pelo usuário, tanto pela outorga como pelo consumo de água; para ele, o assunto deve ser considerado importante por ser esta uma das fontes de renda que pode ser levada para os Comitês de Bacias. Concluindo, ratificou a importância da análise dentro do Conselho e de se buscar algum estudo até para se ter embasamento futuro quando for falar em cobrança pelo uso da água. **O Presidente Alexandre** respondeu que era dois momentos, um o da cobrança pelo uso da água e disse que seria não o primeiro, mas, sim o segundo passo; que deveria tratar da implantação da Agência de Bacia, que é um instrumento adequado para, a partir daí, instituir, porque o Comitê não poderia executar, enquanto a agência sim. Disse também que já existia uma Portaria do NATURATINS em relação à questão, mas, que considerava interessante trazer o debate para dentro do Conselho, para fazer uma norma com maior alcance e maior respaldo. Pontuou que teria que ser uma norma exequível, porque não é uma ação tão barata. Falou que é um bom exemplo o que a Marli do

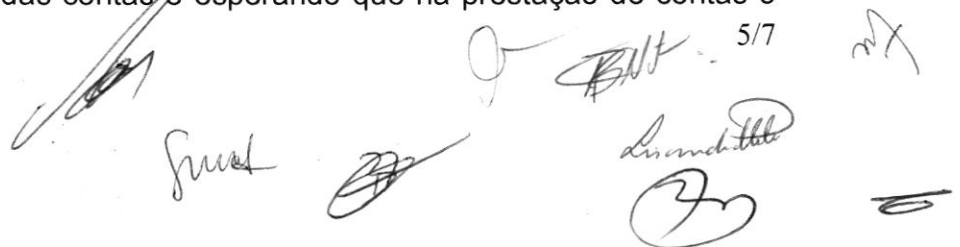
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom center and left.

45 MPE propôs, falou que vale a pena o Conselho discutir essa questão, porque hoje
 46 era um comitê e que amanhã já era outro; que o conflito pelo uso de água é uma
 47 tendência crescente em todo país, e que no Tocantins não seria diferente.
 48 Concluiu propondo a criação de duas Câmaras Técnicas. **Secretario Executivo**
 49 **Aldo** cumprimentou a todos e complementou a fala do Presidente, dizendo que já
 50 tinha uma consultoria contratada para um estudo de viabilidade da cobrança pelo
 51 uso da água na bacia do Rio Formoso, disse que isso irá trazer uma série de
 52 subsídios em relação a essa questão. Continuando, disse que já existia a Câmara
 53 Técnica de Outorga no Conselho, que faltava apenas ser instalada para iniciar os
 54 trabalhos. Sugeriu também a possibilidade de contratar uma consultoria para
 55 subsidiar a Câmara, com recursos do Fundo, caso haja a necessidade.
 56 **Conselheira Aracy (SEPLAN)** concordou com a técnica Marli (MPE) e ratificou a
 57 criação de uma Câmara Técnica para o enquadramento dos corpos, para se ter
 58 uma base dos parâmetros e portabilidade de uso dos recursos hídricos.
 59 **Presidente Alexandre** disse que estava sendo preparado um Termo de
 60 Referência, e disse que ainda não sabia se ia ser licitado ou se ia ser feito
 61 convênio com a FAPTO, a ideia é realizar campanhas de qualidade da água em
 62 todo o Estado do Tocantins. Citou como exemplo a bacia do Rio Javaés - que é
 63 muito utilizada pela agricultura e a bacia do Tocantins, de uma forma que se
 64 consiga ter os dados até o Estreito. Continuando, disse que no Estreito, o CEST já
 65 estava fazendo com base na qualidade da água; em Lajeado a INVESTCO já
 66 fazia; que a ideia era pegar a parte da bacia do Rio do Sono até Campos Lindos,
 67 porque aí pegaria os três maiores pólos de produção agrícola do Tocantins - que
 68 ficará dentro dessa campanha, e a partir daí começar a fazer de forma sistemática
 69 as ações. Continuando, disse que o Tocantins já tinha São Salvador que gera
 70 dados, Peixe Angical e Lajeado, disse que a parte Sul e Sudeste da bacia do
 71 Tocantins vai estar bem contemplada com esses dados que são gerados por estes
 72 empreendedores, e disse que ainda tem diversas PCH que tem obrigações de
 73 gerarem dados também, e boa parte desses dados já estão no NATURATINS.
 74 Disse que agora teria que se trabalhar na região oeste do Estado, principalmente
 75 na divisa do Estado até o município de Caseara onde está concentrada boa parte
 76 de uso agrícola, e depois ao Norte de Lajeado. Disse que assim poderá ter uma
 77 média de 80% a 90% sobre informações de qualidade de água, e dessa forma
 78 poderá partir para um trabalho de classificação de corpos hídricos. O **presidente**
 79 do Conselho agradeceu mais uma vez e desejou uma boa reunião e passou a
 80 condução dos trabalhos para o Secretário Executivo. **Secretário Executivo Aldo**
 81 iniciou os trabalhos colocando em votação a Ata da 23ª reunião; confirmou se os
 82 conselheiros haviam recebido antecipadamente a Ata por email, perguntou se
 83 havia alguma observação; não houve nenhuma manifestação contrária e a Ata foi
 84 aprovada. Continuando a pauta, passou-se a tratar da apreciação da Segunda
 85 Readequação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo; explicou que foi
 86 passado no email de todos os conselheiros, e disse que esses exercícios são
 87 contínuos e todos os anos feitos em outubro do ano anterior para o exercício em
 88 execução. **Conselheiro Marcondes (SEDECTI)** perguntou sobre o Plano da
 89 Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago, que era para estar contemplado dentro do
 90 Plano Estadual de Recursos Hídricos. **Secretario Executivo Aldo** respondeu
 91 explicando que são duas instâncias independentes, o Plano Estadual de Recursos
 92 Hídricos é um estudo macro, em escala muito maior e que foi elaborado em 2011,

93 onde foi sugerido que o Estado fizesse o Plano das 30 bacias que o Estado possui
 94 atualmente, dessa forma o Plano de Bacia é mais localizado, com escala menor
 95 que o Plano Estadual. **Conselheiro Lima (SEFAZ)** pontuou que na última reunião
 96 ele tinha solicitado para constar em Ata, que se fizesse uma tabela mais
 97 explicativa a respeito dessa soma, e perguntou se já tinha sido feita. **O Secretário**
 98 **Executivo** respondeu que o apresentado ainda não era uma prestação de contas,
 99 mas somente uma readequação do Plano, atendendo solicitação da PGE, como
 100 mudança de elementos de despesa e que a prestação de contas será feita na
 101 última reunião do ano com todos os detalhamentos. **Conselheiro Lima (SEFAZ)**
 102 pontuou que se fosse colocado nas readequações, e se identificasse o que foi
 103 readequado atendendo pedido da PGE, ficaria mais fácil para o conselho analisar
 104 e aprovar. **Secretário Executivo** concordou com o representante da SEFAZ. Em
 105 seguida informou que duas ações, a Contratação de Brigadistas e o projeto
 106 Barraginha já foram licitados e o contrato assinado com a empresa e que já estão
 107 em vias de execução, e as demais ações são para diárias e outros, material de
 108 consumo e acompanhamento dos técnicos da SEMADES. **Conselheiro Fernando**
 109 **(IDAHRA)** pontuou que já tinham chegado à conclusão de que os brigadistas iam
 110 ser contratados com dispensa de licitação devido o Ministério do Meio Ambiente
 111 ter declarado estado de emergência no Estado do Tocantins. **O Secretário**
 112 **Executivo** respondeu que foi feita dispensa de licitação, inclusive foi contrato e já
 113 estão trabalhando. **Conselheiro Marcondes (SEDECTI)** falou que quando da
 114 aprovação foi falado em aumentar o número de brigadistas, porque um total de 40
 115 brigadistas, divididos para sete municípios, era muito pouco. Continuando,
 116 perguntou se para o próximo ano tinha previsão de aumentar esse quantitativo.
 117 **Secretário Executivo** respondeu que essa ação era uma demanda muito grande.
 118 Pontuou que muitos conselheiros achavam que essa ação teria que ser financiada
 119 pelo Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA, por ser uma ação diretamente
 120 ambiental. Falou que estava mantendo essa cota de 40, mais que a tendência era
 121 que ela saísse do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e passaria para o
 122 Conselho Estadual de Meio Ambiente, pois os recursos do FERH é muito menor
 123 do que o do FUEMA. Ressaltou que ampliar seria perigoso porque os recursos do
 124 FERH não conseguiria atender os 139 municípios do Estado. **Conselheiro Lima**
 125 **(SEFAZ)** lembrou que o ICMS Ecológico já incentiva o município a ter esses
 126 recursos conforme o tipo de brigada criada e que estes devem dar sua
 127 contrapartida. **Secretário Executivo** agradeceu a lembrança do Lima (Sefaz) e
 128 disse que o Estado não pode ficar no paternalismo e assistencialismo e que a
 129 ideia é que esta contratação seja um embrião para que os municípios comecem a
 130 treinar seus próprios brigadistas. **Marli Santos (MPE)** perguntou o que significa o
 131 item – emenda parlamentar - no valor de 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
 132 **Secretário Executivo** informou que esse valor é fruto de Emenda Parlamentar
 133 para o município de Babaçulândia para um trabalho de esgotamento sanitário.
 134 Ressaltou que o FERH foi usado simplesmente para repassar o recurso, já entrou
 135 e já saiu, pois a empresa foi contratada e que a Semades não teve como fazer
 136 nenhuma gerência a respeito. **Marli Santos (MPE)** ressaltou que da forma como
 137 foi colocado não dá para o Conselho saber o que se trata e solicitou uma
 138 explicação mais detalhada, quando enviado aos conselheiros. **Gerlem (Sec.**
 139 **Cidades)** solicitou que ao invés de ter o número no plano de aplicação vir escrito a
 140 ação, para que os conselheiros saibam exatamente do que se trata. **Secretário**

141 **Executivo** informou que vai melhorar o plano de aplicação. **Conselheira Maria**
142 **Izabel (MPE)** chamou a atenção e disse que tem uma ação da Prefeitura de
143 Babaçulândia para o Setor Novo Milênio, por problema de esgotamento sanitário
144 de responsabilidade da Companhia CEST que tinha a obrigação de instalar um
145 sistema adequado de tratamento e que não o fez. **O secretário Executivo**
146 esclareceu que a verba veio carimbada de Brasília e que o FERH foi usado
147 somente para entrada e saída do recurso, mas que não vê nenhum problema.
148 **Conselheira Maria Izabel (MPE)** esclareceu que essa ação está no Conselho, e
149 que, portanto, os conselheiros vão aprovar uma coisa que não foi executado nada,
150 disse ainda que entendeu que o recurso não é do Fundo, que este foi somente
151 usado para repasse, mas que de qualquer forma o Conselho tem que aprovar que
152 o recurso foi passado para a prefeitura, disse também que não está duvidando
153 que o recurso foi repassado, está questionando é que o CERH está aprovando
154 algo que não foi executado. **Secretário Executivo** disse o uso do FERH não lhe
155 agradou, mas que deve se submeter a uma hierarquia, que quando ficou sabendo
156 ligou na SEPLAN e pediu para não inserir na conta do FERH, pois ficaria difícil o
157 controle, já que as regras são especiais. **Conselheiro Itamar (CI-LAGO)** falou que
158 isso é um problema sério, porque entra e sai verbas no fundo, e que daí a pouco
159 não se sabe qual é a função de aplicação destas. Sugeriu aos conselheiros que
160 eles pensassem um pouco em termo de conselho e sugeriu fazer uma moção para
161 que o caso seja levado a Secretaria de Planejamento, para que ações dessa
162 forma não venham de cima para baixo, usando o FERH como uma caixa de
163 passagem de recurso, já que o CERH é o responsável pela aprovação do Plano
164 de Aplicação. **Conselheiro Fernando (IDAHRA)** disse que não vê muitos
165 problemas, porque a Secretaria estava atuando como interveniente para
166 realização dessa ação e que a Prefeitura tem que prestar conta, claro que tem o
167 ônus para Semades, que é acompanhar e exigir a prestação de contas.
168 **Secretário Executivo** disse que realmente essas ações dão trabalho em
169 acompanhar e prestar contas e são ações do governo que não tem como fugir,
170 pois são entraves do governo. **Conselheiro Lima (SEFAZ)** disse que a
171 preocupação maior não é nesse momento que estão apenas aprovando a
172 readequação. A preocupação será no momento da prestação de contas, que terá
173 que trazer esses elementos com subsídios para mostrar se o dinheiro foi
174 realmente gasto ou não, ou se será devolvido. **João Lourenço (AHITAR)**
175 ressaltou que vai ficar difícil para a Secretaria que deverá prestar conta de um
176 dinheiro que entrou e repassou para o município, e alertou que é como um cheque
177 em branco. **Secretário Executivo** informou que foi feito todo o procedimento,
178 como licitação, projeto básico, pois é um orçamento do Estado e deve seguir os
179 procedimentos legais. **Conselheiro Fernando (IDAHRA)** falou que sua dúvida era
180 se for aprovado todo o Plano e não for aprovada a questão da Emenda, como fica.
181 **Secretário executivo** respondeu dizendo que não tinha certeza, mas talvez
182 tivesse que fazer um estorno, e tem que ver como o pessoal da contabilidade para
183 ver os procedimentos certos sobre esse assunto. **Conselheiro Antonio**
184 **(SANEATINS)** disse que complementando o que os demais Conselheiros falaram,
185 ele ficava preocupado, disse que entende a importância do recurso, mas que
186 antes de aplicar na conta e se o Conselho vai deliberar sobre isso, terá então que
187 ter ciência do que está fazendo. Falou que independente de ser interveniente ou
188 não, ou depois de fazer a prestação de contas, é difícil aprovar um dinheiro que já

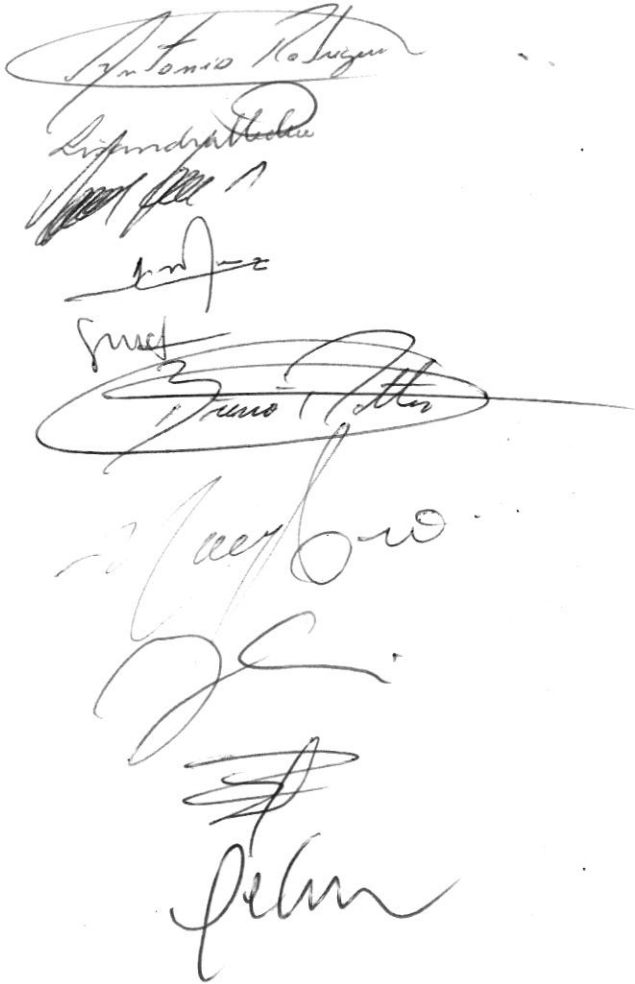
189 caiu na conta, o Conselho tem que se manifestar sim, porque como pode aprovar
 190 algo que nem sabia que estava na conta. Disse que quando entrar dinheiro no
 191 fundo o Conselho tem que ser informado previamente sobre toda a situação,
 192 porque daqui a pouco o Conselho vai aprovar coisas que nem sabe do que se
 193 trata. **Secretario Executivo Aldo** perguntou ao Erick (SEMADES), sobre o
 194 dinheiro da Emenda Parlamentar que foi depositado no Fundo, e ainda, caso o
 195 Conselho não aprovasse e se tivesse que devolver para outra conta, como ficaria
 196 e quais os procedimentos a ser feito. **Erick (SEMADES)** disse que a Emenda
 197 Parlamentar não estava prevista no PPA, que não existia esse orçamento no
 198 fundo, e nem esse procedimento para 2014. Falou que esse orçamento não era da
 199 SEMADES e sim do Deputado Ricardo Ayres. Continuando, explicou que o
 200 deputado fala com o secretário do órgão que tem a emenda parlamentar e quer
 201 que seja pago pela Secretaria em virtude de ser a responsável por tais ações e
 202 coloca no fundo, e disse que esse recurso não é da conta e nem do orçamento do
 203 fundo, e não tem nenhum vínculo com o fundo Estadual de Recursos Hídricos. É
 204 um recurso do Deputado que jogou para o orçamento da SEMADES, e poderia ter
 205 sido jogado para qualquer outra Secretaria. E disse que em relação à devolução é
 206 possível contabilmente, mas financeiro é impossível. E que a Prefeitura deverá
 207 prestar contas à Semades que deverá aprová-la. **Secretario Executivo Aldo**
 208 agradeceu ao Erick e deu continuidade a análise do plano, disse que foi feito um
 209 acordo bilateral com a TRAGZA para rescisão do convênio que existia com o
 210 Estado. Em seguida apresentou a proposta de realização de um convênio com a
 211 FAPTO, para executar as ações dos Comitês de Bacias. Disse que para isso teria
 212 que ser pago alguns investimentos que já foram feitos pela TRAGZA nos comitês
 213 de bacias, no valor de duzentos e cinquenta mil, e o restante da verba para
 214 investir no comitê este ano. **Conselheiro Jair (Comunidade Científica/UFT)**
 215 informou que foi realizada uma reunião com os Comitês, Semades e TRAGZA
 216 para avaliar a situação do que foi gasto pela empresa, pois esta recebeu dinheiro
 217 do Estado, mas que legalmente não poderia e assim teve que devolver todo o
 218 recurso e bancar as despesas do próprio bolso. E a ideia é passar as despesas
 219 para a FAPTO e posteriormente regularizar as despesas da TRAGZA. Disse ainda
 220 que os representantes dos Comitês estão cientes do problema e acompanhando
 221 tudo. **Conselheiro Fernando (IDAHRA)** solicitou que fosse incluída a logomarca
 222 do Estado no Fórum das Águas, já que o evento também é financiado com
 223 recursos do Fundo. **Secretario Executivo Aldo** falou que a única coisa que
 224 mudou na readequação foi a Emenda Parlamentar. Em seguida informou que a
 225 proposta do Conselheiro Itamar é que se faça uma moção discordando desse tipo
 226 de procedimento e não aceitando o envio de recursos para o FERH. **Conselheiro**
 227 **Itamar (CI-LAGO)** salientou que quer sim que venha recursos para o Fundo, mas
 228 que o Conselho seja informado antecipadamente, ou seja, da forma como foi feito
 229 – entrada e saída – e posteriormente o Conselho aprovando o plano de aplicação
 230 é como se estivesse sim assinando um cheque em branco. **Conselheiro**
 231 **Fernando (IDAHRA)** salientou que deve decidir é se entra emenda parlamentar
 232 ou não. Ressaltou que no caso dessa emenda a ação fala de emergência
 233 ambiental, mas que o recurso é para esgotamento sanitário e que inclusive está
 234 sofrendo uma ação civil pública do Ministério Público, em seguida disse que se
 235 abstém dessa ação da emenda parlamentar. **Conselheiro Lima (SEFAZ)** ratificou
 236 que vota na readequação das contas e esperando que na prestação de contas o

237 processo esteja pronto para que possa ser analisado e verificado se realmente foi
238 quitado ou não. **O Secretário Executivo Aldo** disse que a prestação de contas
239 estará de acordo com a exigência legal. Dando continuidade colocou em votação
240 a elaboração de moção. Os Conselheiros aprovaram a Moção recomendando aos
241 órgãos que não passassem recursos para o FERH sem a apreciação prévia do
242 Conselho. Em seguida colocou em votação a aprovação da 2ª readequação do
243 Plano; sendo o resultado: 12 votos a favor, 1 abstenção, e nenhum voto contra.
244 Assim, Aldo declarou aprovada a 2ª Readequação do Plano de Aplicação dos
245 Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos/exercício 2014. **Marli (MPE)**
246 solicitou a criação de Câmara Técnica Temporária para estabelecer os parâmetros
247 de normatização ou na câmara técnica já existente que chama CT de Outorga e
248 Regulação. Ressaltou que como já foi escolhido os membros e o MPE não faz
249 parte, gostaria de participar como convidado e que a CT começasse a trabalhar
250 imediatamente. **Secretário Executivo Aldo** respondeu que os trabalhos serão
251 desenvolvidos dentro da Câmara Técnica de Outorga; e que a participação do
252 MPE será muito importante. **Conselheira Lisandra (SESAU)** solicitou que
253 também gostaria de participar como convidada, tendo em vista que serão
254 discutidos parâmetros de qualidade, além de outros. **Secretário Executivo Aldo**
255 advertiu que a escolha dos membros é realizada na primeira reunião do mandato
256 e que a CT só precisa ser instalada. Em seguida informou que o CERH recebeu
257 uma Resolução da ANA, que trata do programa de qualidade da água, em que o
258 Estado tem que assumir um compromisso com metas e a ANA vai pagar os
259 pontos de coletas e análises de qualidade de água. Informou que primeiro vai dar
260 uma analisada como estaria a situação do Estado e trazer uma proposta para
261 submeter ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que o Conselho valide
262 o Estado a aderir ao programa de qualidade da água do Governo Federal.
263 Concluiu agradecendo a presença de todos e encerrou a reunião. Assim sendo,
264 eu, Aldo Araújo Azevedo, Secretário Executivo do CERH lavrei a presente Ata da
265 23ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que, uma vez
266 aprovada, será assinada por mim e pelos demais conselheiros.


Presidente
Secretário Executivo

ASSINATURAS:



Instituições Ausentes:

1. Associação Tocantinense dos Municípios - ATM;
2. Secretaria da Agricultura e Pecuária – SEAGRO;
3. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA;
4. Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET
5. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins – FETAET;
6. Administração das Hidrovias do Araguaia e Tocantins – AHITAR;